

onômica injusta

Internacional

Brasil critica Ordem econômica injusta

Nova Iorque — O Brasil, "uma das principais vítimas de uma ordem econômica injusta", apresentou ontem um vibrante libelo em defesa das Nações Unidas, na primeira sessão de sua 39ª Assembléia Geral. O ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro — primeiro orador depois do presidente norte-americano Ronald Reagan — rechaçou as acusações de "anacronismo" feitas contra a ONU afirmando que "anacronismo seria, a rigor, a rejeição do diálogo democrático entre as nações".

"Em nosso século, nenhuma nação, por mais poderosa que seja, pode privar-se do diálogo com outras nações", afirmou Saraiva Guerreiro aos representantes dos 158 Estados membros reunidos na ONU, acrescentando que o Brasil lutará por um sistema internacional "que não seja nem vertical nem horizontal".

O ministro referiu-se em particular ao desarmamento e ao desenvolvimento, dois temas de combate nos quais o Brasil travou "uma batalha para corrigir seus defeitos", pois considera-se "uma das principais vítimas das atuais estruturas econômicas internacionais". Ao mesmo tempo, Saraiva Guerreiro também reafirmou a necessidade de inverter a crescente tendência à erosão da cooperação internacional a serviço do desenvolvimento, fator indispensável para o sistema comercial e financeiro que, sem dúvida, são precários e instáveis".

"Quando a economia mundial tornar-se altamente diversificada, o desafio não é conseguir vantagens unilaterais, mas sim definir juntos meios de governo em um sistema cada vez mais instável", acrescentou.

Adotando uma posição que já é tradicional da diplomacia brasileira, Saraiva Guerreiro atribuiu, comparativamente, mais importância às questões econômicas do que às estritamente políticas, na linha do discurso que o presidente João Figueiredo pronunciou na própria ONU há dois anos.

Os países do Terceiro Mundo "não podem continuar suportando indefinidamente as pressões que sofrem, nem viver à mercê das abruptas flutuações das taxas de juros, já intoleráveis", acrescentou o ministro, que lamentou a rejeição ao diálogo acertado por parte de inúmeros países industrializados.

"O mundo em desenvolvimento deu claras demonstrações de sua vontade de realizar um diálogo realista e construtivo em numerosas ocasiões", acrescentou Saraiva Guerreiro, que se referiu às reuniões de Quito, Cartagena e Mar Del Plata, onde ficou claro que "somente a vontade dos governos credores tornará possível mudar as condições atuais da dívida externa", problema que não pode ser deixado exclusivamente nas mãos dos banqueiros.

Ao referir-se aos principais problemas políticos atuais, Saraiva Guerreiro disse que "não haverá solução a longo prazo na América Central sem o respeito aos princípios básicos de autodeterminação, respeito mútuo e democracia", razão pela qual — prosseguiu — "é de vital importância" que o Grupo Contadora conclua rapidamente e com êxito seu trabalho.

Quanto às Malvinas, "questão que afeta diretamente os países latino-americanos", o Brasil reconhece os direitos da Argentina sobre as ilhas e expressa a sua preocupação pelo futuro de uma região "com vocação de paz e harmonia. É tempo de demonstrar coerência e autenticidade e de respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas implementando a Resolução 502 do Conselho de Segurança em sua totalidade", afirmou Saraiva Guerreiro. (Essa resolução faz um apelo à Argentina e à Inglaterra para que resolvam pacificamente seus conflitos através de negociação, que se encontra congelada devido à total negativa britânica).

Por último, Saraiva Guerreiro reiterou a total condenação do Brasil à "apartheid", reclamou a independência da Namíbia, atrasada pela África do Sul, que a condiciona à retirada das tropas cubanas de Angola.